

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MILLENA RAMOS PASSOS

**“O SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA-PE MANTÊM SUAS
CARACTERÍSTICAS COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE?”**

RECIFE/PE

2016

MILLENA RAMOS PASSOS

“O SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA-PE MANTÊM SUAS
CARACTERÍSTICAS COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE?”

Trabalho de Graduação desenvolvido pela aluna Millena Ramos Passos para a disciplina Trabalho de Graduação II, apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo em 2016.2, sob a orientação da professora Stela Gláucia Alves Barthel e acompanhamento da professora Ana Karina Alencar.

RECIFE/PE

2016

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

P289s Passos, Millena Ramos.
O sítio histórico da cidade de Olinda-PE matêm suas características como patrimônio da humanidade? / Millena Ramos Passos. - Recife, 2017.
60 f. : il. color.

Orientador: Prof^a. Stela Gláucia Alves Barthel.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Patrimônio. 3. Requalificação. 4. Educação patrimonial. I. Barthel, Stela Gláucia Alves. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

CDU 72

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele é fonte de toda a minha força e perseverança.

Aos meus pais, Gilson de Oliveira Passos Junior e Monica Marins Ramos Passos, que sempre me incentivaram a confiar na minha própria capacidade e se dedicaram para proporcionar uma educação de qualidade a mim e as minhas irmãs: Mirella Passos e Melissa Passos; e, agradeço a elas, também, por acreditarem nos meus sonhos.

Agradeço à minha orientadora, Stela Glaucia Alves Barthel, pelo apoio, paciência e por todos os ensinamentos.

Ao professor José Luiz Mota Menezes, que disponibilizou horas do seu conhecimento para compartilhar informações de suma importância para o desenvolver deste trabalho.

Agradeço também aos meus amigos, aqueles estudantes ou não de arquitetura, que confiaram no meu potencial e sempre me incentivaram a nunca desistir.

Por fim, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para conclusão desta etapa.

“(...) Bem sei eu que tudo Tu podes, e que nenhum dos Teus propósitos podem ser impedidos.”

RESUMO

O trabalho de pesquisa em questão retrata sobre o processo de descaracterização do Sítio Histórico e Olinda, tombado como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1982.

O marco inicial desta pesquisa se deu pela propagação de rumores sobre a ameaça do Sítio Histórico perder seu título como patrimônio. Os rumores se iniciaram devido a um Ofício elaborado pelo Tribunal de Contas e encaminhado à UNESCO Brasil constando graves irregularidades na gestão do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda.

Como produto final, esta pesquisa aborda diretrizes de requalificação da área tombada e a confecção de uma Cartilha de Educação Patrimonial para moradores locais e visitantes.

Palavras-chave: *Patrimônio – Requalificação – Educação Patrimonial*

ABSTRACT

The research work in question portrays the process of de-characterization of the Historical Site and Olinda, listed as Patrimony of Humanity by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 1982.

The initial mark of this research was for the propagation of rumors about the threat of Historical Site to lose its title as patrimony. The rumors began due to an Office prepared by the Court of Auditors and forwarded to UNESCO Brazil with serious irregularities in the management of the Olinda Historical Heritage Preservation System.

As a final product, this research addresses guidelines for reclassification of the listed area and the creation of a Heritage Education Primer for local residents and visitors.

Key Words: *Haritage – Requalification – Patrimonial Education*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Localização esquemática do Sítio Histórico de Olinda.....	p.11
Figura 02	– Pernambuco em relação ao Brasil.....	p.24
Figura 03	– Mesorregiões do estado de Pernambuco.....	p.24
Figura 04	– Divisão Político-Administrativa da RMR.....	p.25
Figura 05	– Perímetro de Tombamento do Sítio Histórico de Olinda.....	p.26
Figura 06	– Esquema de acesso ao Sítio Histórico de Olinda.....	p.30
Figura 07	– Igreja e Convento de Santa Tereza.....	p.37
Figura 08	– Cine Olinda.....	p.38
Figura 09	– Igreja de Santa Cruz dos Milagres.....	p.38
Figura 10	– Praça dos Milagres.....	p.39
Figura 11	– Entorno do Largo dos Milagres.....	p.39
Figura 12	– Entorno do Largo dos Milagres.....	p.39
Figura 13	– Fachadas da Rua Augusto Ramos.....	p.40
Figura 14	– Fachadas da Rua Augusto Ramos.....	p.40
Figura 15	– Fachadas Avenida Dez de Novembro.....	p.40
Figura 16	– Fachadas Rua do Sol.....	p.41
Figura 17	– Igreja de São Apóstolo Pedro.....	p.41
Figura 18	– Fachada direita da Rua São Francisco.....	p.42
Figura 19	– Convento São Francisco.....	p.42
Figura 20	– Igreja de Nossa Senhora das Neves.....	p.43
Figura 21	– Igreja da Misericórdia.....	p.43
Figura 22	– Sobrado Mourisco.....	p.43
Figura 23	– Placa do Sobrado Mourisco.....	p.43
Figura 24	– Sede do IPHAN Olinda/PE.....	p.44
Figura 25	– Capa da Cartilha “Campanha do Patrimônio”	p.45
Figura 26	– Capa da Cartilha “Olhares da Boa Vista”	p.46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IEP – Imóvel Especial de Preservação

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG – Minas Gerais

MPCO – Ministério Público de Contas de Pernambuco

MPPE – Ministério Público de Pernambuco

NBR – Norma Brasileira

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PE – Pernambuco

RMR – Região Metropolitana do Recife

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEPC – Zona Especial do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

1. REFERENCIAL TEÓRICO	p.15
1.1. PATRIMÔNIO.....	p.15
1.1.2. Conceito de Patrimônio Mundial ou Patrimônio da Humanidade	p.17
1.2. CARTAS PATRIMONIAIS	p.17
1.2.1. Carta de Atenas (1931)	p.18
1.2.2. Recomendação de Paris (1962).....	p.19
1.3. TOMBAMENTO.....	p.19
1.3.1. Livro do Tombo	p.20
1.3.2. Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas)	p.21
1.4. IPHAN.....	p.22
1.5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	p.23
1.6. TIPOS DE INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS	p.24
1.6.1. Mapa de Danos e Mapeamento de Danos	p.25
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	p.26
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA OLINDA COLONIAL	p.28
2.2. OLINDA COMO PATRIMÔNIO.....	p.29
2.2.1. Olinda: Patrimônio Cultural da Humanidade e seu perímetro de tombamento	p.30
2.3. O PLANO DIRETOR E O PERÍMETRO DE TOMBAMENTO	p.32
2.3.1. O Plano Diretor e a Rerratificação de tombamento pelo IPHAN	p.36
3. O ESTADO DO PATRIMÔNIO	p.38
3.1. DANOS GERAIS	p.39
3.2. ESTUDO DE CASO	p.46
3.2.1. Cartilha “Campanha do Patrimônio”	p.47
3.2.2. Cartilha “Olhares da Boa Vista”	p.48
4. PROPOSTA	p.49
4.1. DIRETRIZES RUA MODELO	p.49
4.2. CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	p.51

5. CONCLUSÃO	p.53
6. REFERENCIAL TEÓRICO.....	p.55

INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca o Sítio Histórico de Olinda e o seu recorte temporal vai desde 1982, quando foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Na época, o Sítio Histórico foi tombado por ser considerado uma das localidades do período colonial mais bem preservadas do Brasil. Porém, nos dias atuais, há rumores e boatos veiculados pelos jornais e televisões deram conta de que este título estava ameaçado, poderia ser perdido, devido às condições atuais do local.

“Até o século XIX, o patrimônio era então definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico. No século XX, a abordagem do Patrimônio Histórico adquiriu ainda outras características. O monumento histórico passou a ser analisado levando-se em conta a integração com seu entorno: começa a polêmica sobre monumentos percebidos isoladamente ou considerados no contexto do conjunto ambiental. A idéia de isolar ou destacar um monumento passa a ser percebida como uma mutilação. O entorno é visto como numa relação essencial com a edificação. Os antigos conjuntos arquitetônicos deveriam ser revitalizados tecnologicamente” (GRAMMONT, 2006, p. 439).

A principal característica do patrimônio é que a sua conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do lugar e do seu povo, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

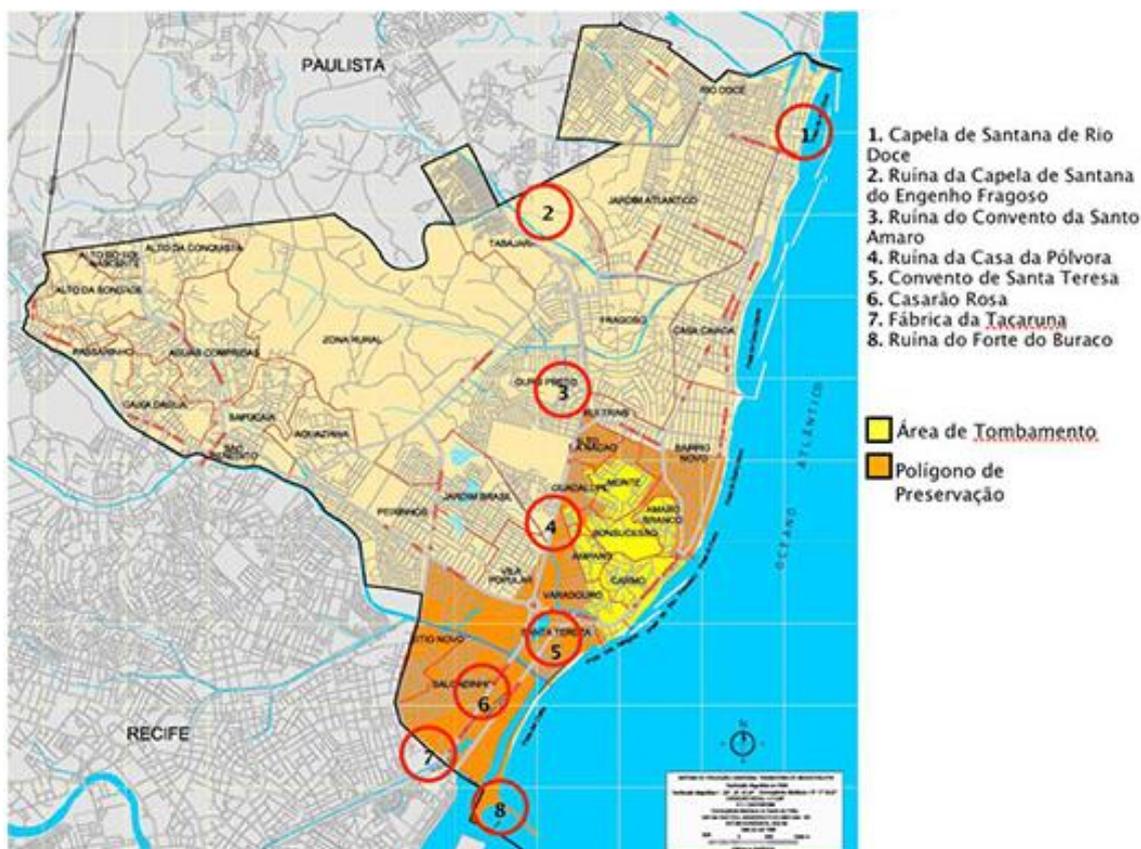
O Sítio Histórico da cidade de Olinda, eleito há pouco mais de 30 anos como Patrimônio Cultural da Humanidade, sofre a ameaça de perder o título devido à degradação. Recentemente, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) instaurou um inquérito civil para investigar o sistema de preservação adotado pelo município. Entre as causas, alega-se a descaracterização das fachadas do casario, falhas na gestão urbana e a falta controle da ocupação comercial na área delimitada que é tombada.

Um ofício onde constam irregularidades no processo de preservação e manutenção dos imóveis inseridos no perímetro de tombamento foi encaminhado em 2014 pelo Ministério Público de Contas de Pernambuco (MPCO) à UNESCO. Baseado em um relatório de auditoria elaborado em 2006 pelo Tribunal de Contas e em avaliações posteriores feitas em 2009 e 2012, o documento evidencia modificações nas fachadas de sobrados, incluindo um

deles que é utilizado pela Prefeitura, sujeira e vandalismo em peças arquitetônicas do Sítio Histórico.

O tema abordado neste trabalho relata e estuda o Sítio Histórico, focando no perímetro da área tombada pelo IPHAN (Figura 1). E também chamando a atenção para a sua importância, não só no contexto da cidade, mas para o Brasil ao nível cultural, já que possui exemplares arquitetônicos variados e o traçado da cidade do período Colonial.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO ESQUEMÁTICA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA



Fonte: Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda, 2015.

“Por isso, se do reconhecimento da obra de arte como tal, tem prevalência absoluta o lado artístico, na medida em que o reconhecimento visa a conservar para o futuro a possibilidade dessa revelação, a consistência física adquire primária importância” (BRANDI, 2014, p. 30).

O pensador John Ruskin acreditava na ideia de que era necessário se manter vivo o testemunho cultural do passado no cotidiano das cidades. Para ele, os arquitetos deveriam

construir as edificações como se fossem obras de valor histórico em potencial. Ruskin defendia que a perda de um bem histórico representa a perda da história, o que pode ser preocupante, pois a história é única e insubstituível, podendo assim, representar a perda da identidade cultural de uma cidade.

Deste modo, é importante que se avalie porque o Sítio Histórico de Olinda vem sendo degradado, como deve ser feita a preservação do patrimônio e como recuperar o que já foi perdido. Este trabalho tem como **OBJETIVO GERAL** propor uma requalificação do Sítio Histórico através de diretrizes para a sua preservação e de uma Cartilha de Educação Patrimonial para habitantes e visitantes.

Os objetivos específicos são:

- Compreender como ocorreu o processo de tombamento do Sítio Histórico de Olinda;
- Indicar quais características fizeram com que a UNESCO intitulasse Olinda como Patrimônio Histórico da Humanidade;
- Caracterizar quais os estilos arquitetônicos encontrados, para facilitar no processo de requalificação das edificações;
- Identificar e compreender o porquê da descaracterização do Sítio Histórico de Olinda e como ela vem ocorrendo;

O trabalho de pesquisa teve na sua primeira fase a realização de pesquisa bibliográfica em artigos científicos, jornais, livros, mapas antigos, *sites* e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Também foram feitas pesquisas de campo, em visita a museus, ao Sítio Histórico e aos monumentos tombados, a fim de se fazer um levantamento da situação e relatar o estado atual, apresentando-se um mapa de danos, para a identificação dos males e suas possíveis soluções.

O Professor e arquiteto José Luiz Mota Menezes prestou consultoria neste trabalho no processo de entender o tombamento do Sítio Histórico de Olinda, porque foi o relator da documentação de aprovação para o tombamento. Também foram realizadas entrevistas com moradores locais mais antigos, que acompanharam o processo da descaracterização do Sítio Histórico de Olinda.

Para a proposta de requalificação, o trabalho se baseou nos princípios da Carta de Atenas (1931) que trata da educação em respeito ao patrimônio, e a Recomendação de Paris (1962)

por trabalhar recomendações em paisagens e sítios que é similar ao objeto de estudo deste trabalho. A Cartilha de Educação Patrimonial é produto desta pesquisa para conscientização da população e dos visitantes atentando à necessidade da conservação e da preservação.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.PATRIMÔNIO

O arquiteto e historiador, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, em seu livro “O que é Patrimônio”, afirma que o tema ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas e que recebem o nome genérico de “Patrimônio Histórico” ou também “Patrimônio Artístico”, na verdade, são expressões que abrangem somente um segmento de um acervo maior, chamado Patrimônio Cultural.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

De acordo com o Decreto-lei nº 25, então, o patrimônio é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, ou, por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. É o legado que se herda do passado e é transmitido para as gerações futuras.

1.1.1. SURGIMENTO DA CONSCIÊNCIA DO PATRIMÔNIO

Apesar da palavra “patrimônio” já ser utilizada desde a Antiguidade, as primeiras noções do conceito do “Patrimônio” utilizado na sociedade contemporânea veio em seguida à Revolução Francesa de 1789. A partir daí, durante o século XIX, na França e em países como a Alemanha, Inglaterra e outras nações europeias foram criadas instituições públicas e privadas, leis, trabalhos de inventários, de conservação e restauração de monumentos para estruturar a prática de preservação, consolidando um modelo que perdura até os dias atuais.

São considerados grandes pensadores do tema da preservação e valorização do patrimônio: Eugene Viollet Le Duc, Jhon Ruskin, Camilo Boito, Alois Reigl e Cesari Brandi. Esses nomes suscitam discussões até os dias atuais. Sendo os mais influentes nesta pesquisa os pensadores Viollet Le Duc e Jhon Ruskin.

De acordo com o artigo “Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil” escrito por Maria Lucia Bressan Pinheiro, as origens de preservação do patrimônio no Brasil dão-se na década de 1920, momento em que são elaborados os primeiros projetos de lei a respeito. Logo em seguida, na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes, quando em 1933 a pioneira cidade de Ouro Preto alcança o título de monumento nacional.

Em 1936, surgiu o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio, nomeado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade - no qual, costuma-se apontar a influência do citado anteprojeto de Mário de Andrade. Porém, trata-se de documentos com ênfases diversas: no de Mário, verifica-se uma preocupação em conceituar o que é patrimônio, inclusive estendendo esta conceituação a expressões da cultura popular. O Decreto-lei 25, por sua vez, privilegia as implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento, principalmente a famosa questão do “direito de propriedade”.

Atualmente, a grande maioria das legislações nacionais consta o que é dever do Estado preservar o patrimônio histórico e artístico. Após a Segunda Guerra Mundial, essa questão foi introduzida na agenda internacional com a criação de um organismo multilateral – a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura), braço das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura – que assumiu a missão de defender os bens culturais considerados patrimônio da humanidade. A atuação da UNESCO se apoia na Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, mas, para alcançar resultados, depende essencialmente da iniciativa dos Estados nacionais.

1.1.2. SURGIMENTO DO CONCEITO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL OU PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE PELA UNESCO

A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotado em 1972 pela UNESCO, tem como objetivo incentivar a preservação de bens culturais considerados significativos para a humanidade. Trata-se de um esforço internacional de valorização de bens, que por sua

importância como referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos.

Existe uma necessidade premente de serem estabelecidos circuitos internacionais que permitam a troca de informações e a partilha de experiências entre os profissionais encarregados da gestão do patrimônio arqueológico, o que implica na organização de conferências, seminários e *workshops* em escala mundial. Cabe aos países signatários desse acordo indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas pelos órgãos assessores da Convenção, como o *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS) e o *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) e sua aprovação final é feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes de vinte e um países. O Brasil ratificou a Convenção em 1978.

1.2. CARTAS PATRIMONIAIS

Desde a Antiguidade já é possível se notarem medidas para a proteção de edificações importantes para as sociedades. Mas somente a partir do século XIX foi implantado um pensamento mais estruturado sobre a proteção do patrimônio cultural, embora o marco das novas posturas, legislação e atitudes mais abrangentes e concretas só tenha sido posto em prática no século XX.

Em 1931 surge a Carta de Atenas, que discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações, para terem caráter internacional e para garantirem a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados. Uma maior e mais criteriosa abordagem sobre o restauro aconteceu em 1964, com a elaboração da Carta de Veneza – a Carta Internacional do Restauro.

As técnicas e as teorias dominantes a cada momento da evolução do pensamento preservacionista, muitas vezes possibilitaram a descaracterização de prédios de valor histórico, ao permitirem certas adaptações de técnicas construtivas ou ao consentirem na modernização de instalações para a readequação dos espaços às demandas da vida moderna.

Assim, com a evolução do pensamento e frente à avaliações de casos de descaracterização ocorridos, outras regulamentações e orientações foram sendo editadas, no esforço de controle das modernizações que eram introduzidas pelas intervenções e para o equacionamento de diretrizes de resgate da memória e da cultura na conservação do patrimônio edificado. Muitas Cartas, Recomendações e leis propõem tipos de atitudes em relação aos bens patrimoniais, onde é necessário se analisarem os conceitos neles contidos para uma atitude consciente na adoção de políticas preservacionistas do patrimônio.

Por fim, as Cartas Patrimoniais são documentos de regimento, que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. Ao longo do tempo, elas ainda permanecem atuais e são complementadas por novas normas e recomendações que descortinam novos ou mais amplos procedimentos na preservação do patrimônio cultural.

1.2.1. CARTA DE ATENAS (1931)

Esta é a principal carta usada no regimento do tombamento do Sítio Histórico de Olinda. Ela aborda sobre a proteção dos monumentos. No caso de restaurações, a obra histórica deve ser respeitada, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. Os monumentos devem ser utilizados, para que assegurem a sua continuidade, destinados sempre a finalidades históricas ou artísticas.

A Carta de Atenas defende o direito da coletividade em relação à propriedade privada e aborda sobre a dificuldade de conciliação entre o direito público e o privado. É necessário se conservar o caráter antigo dos monumentos, suprimir a publicidade, postes, fios, indústrias, ruídos, chaminés na vizinhança. O emprego de materiais modernos para a restauração é tolerado, especialmente o cimento armado.

Na questão da avaliação histórica, é prevista a colaboração de especialistas de diversas áreas para as soluções de conservação. No caso de ruínas prevê-se a recolocação em seus lugares de elementos originais encontrados (anastilose). Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, sepultá-las de novo, após minucioso estudo com a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto.

Uma das defesas da Carta de Atenas é educar a infância e a juventude no sentido de respeito ao monumento, também a documentação internacional e a publicação de documentos relativos aos monumentos históricos.

1.2.2. RECOMENDAÇÃO DE PARIS (1962)

Esta é uma das recomendações a serem seguidas no desenvolvimento deste trabalho, pois a Recomendação de Paris retrata sobre paisagens e sítios como fatores importantes das condições de higiene de seus habitantes, também levando em conta o decorrente desenvolvimento da cidade. O que se assemelha à realidade do sítio histórico da cidade de Olinda.

Nesta recomendação, avaliam-se as medidas para a proteção desses locais e o fomento ao Turismo. Sítios naturais, rurais ou urbanos, que apresentem interesse estético. São consideradas medidas de caráter preventivo e corretivo, planejamento urbano e territorial por zonas, proibição de publicidade, parques nacionais e reservas naturais, criação de órgãos especializados. Levando-se em conta, também, a educação do público e concursos.

1.3. TOMBAMENTO

O tombamento é o ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, transformando-o em patrimônio oficial público e instituindo um regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social e preservando a cédula de identidade de uma comunidade, e assim, garantir o respeito à memória do local e a manutenção da qualidade de vida. Sendo assim, um instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas e cujos preceitos fundamentais se mantêm e em uso até os dias atuais. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras. Assim, de acordo com o Decreto, também está sujeito a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importem

conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

A palavra toambo, segundo o IPHAN, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os Livros de Registros Especiais ou Livros do Tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente.

Qualquer pessoa física ou jurídica tem o poder de solicitar o tombamento de qualquer bem ao IPHAN, bastando encaminhar correspondência à Superintendência do órgão em seu Estado, à Presidência do mesmo ou ao Ministério da Cultura. Para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo, que analisa sua importância em âmbito nacional e posteriormente o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Os bens tombados estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada.

Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos.

1.3.1. LIVRO DO TOMBO

O Livro do Tombo Histórico é onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).

1.3.2. CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS (CIDADES HISTÓRICAS)

As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível se vivenciarem os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. São lugares especiais de uma nação, constituem a base do Patrimônio Cultural Brasileiro e sua preservação é de responsabilidade da União, dos estados e municípios e da sociedade civil.

Até 2015, no Brasil foram tombados oitenta e um conjuntos urbanos e três estão sob tombamento provisório. Nestas áreas, o IPHAN atua e investe recursos, tanto direta, na forma de obras de qualificação, quanto indiretamente, por meio de parcerias com outras instituições municipais e estaduais, além do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) Cidades Históricas e dos Planos de Mobilidade e Acessibilidade Urbana.

As primeiras vilas e cidades começaram a se desenvolver ainda no período colonial. São Vicente, em São Paulo, foi a primeira vila, fundada em 1532. Salvador foi a primeira cidade e também a primeira capital, fundada em 1549 por Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil. A partir daí, deu-se o início do desenvolvimento de uma rede urbana, que estruturou a ocupação e o desenvolvimento do país. Em sua maioria, essas vilas e cidades foram implantadas no litoral, tinham função portuária e serviam para escoamento dos produtos coloniais e entrada dos artigos provenientes de Portugal.

Os núcleos urbanos históricos atuavam como "cidades polo" em todas as regiões do país. Em sua maioria, mostram a influência portuguesa e mantêm cenários urbanos ainda bem preservados, palcos de manifestações culturais tradicionais. Têm sua formação relacionada a processos históricos como a exploração econômica com o cultivo de cana de açúcar, algodão, café ou fumo e da extração da borracha, além da mineração de ouro e diamantes no interior.

Muitas dessas cidades também foram marcadas pelas lutas para a expulsão de invasores e consolidação da ocupação portuguesa, expansão das fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas, lutas separatistas regionais e pela independência nacional. As cidades históricas também ambientaram importantes personagens da história brasileira, como Maurício de Nassau, Anita Garibaldi, Bento Gonçalves, Chica da Silva, Tiradentes, Aleijadinho, D. Pedro I e Dom Pedro II, Barão de Mauá, Machado de Assis, entre tantos outros.

Segundo o IPHAN, nas últimas décadas, foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro conjuntos urbanos construídos em períodos mais recentes, testemunhos do processo de industrialização pelo qual o país passou a partir do final do século XIX, a exemplo da Vila Ferroviária de Paranapiacaba (Santo André/SP) ou com linguagens arquitetônicas e urbanísticas características do século XX, a exemplo do conjunto arquitetônico e urbanístico *Art Déco* de Goiânia/GO, da Vila Serra do Navio/SP, e do conjunto urbanístico de Brasília/DF, símbolo internacional do Movimento Modernista, inscrito pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial.

Na relação Conjuntos Urbanos Tombados (Departamento de Patrimônio e Material-DEPAM/IPHAN - Dezembro de 2015) estão descritos bens que integram o patrimônio material.

1.4. IPHAN

O órgão é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe a ele proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais.

Atualmente o IPHAN possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 27 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas e ainda cinco Unidades Especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular e uma em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia.

Ele também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO, respectivamente,

a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento.

1.5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco a preservação do Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

A Educação Patrimonial propõe a articulação de saberes diferenciados. No caso das ações na escola, une o conhecimento oferecido pelo programa curricular com o conhecimento tradicional das comunidades. Esta proposta pode ser trabalhada nos diferentes níveis de ensino e também no âmbito da educação não formal, centrando-se as ações nos espaços de vida representados pelos territórios educativos.

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996 Artigo 1º).

A lei identifica os contextos culturais das pessoas como importante espaço de formação dos sujeitos.

1.6. TIPOS DE INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS

Segundo o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) em 2015, a terminologia “intervenção arquitetônica” se refere a toda ação realizada em edificação sujeita à legislação de proteção ou ao tombamento, quando se tratado se sítios históricos. Diz respeito a vários tipos de execução de obras, sejam elas pequenos serviços, manutenção, obras de conservação, de restauração, de reforma ou nova construção ou mesmo de demolição.

Dependendo do tipo de execução da obra, o projeto deve vir acompanhado de levantamento arquitetônico, pesquisa histórica, pesquisa arqueológica, mapa de danos, diagnóstico, projeto de restauro, projeto de intervenção e/ou de Memorial Justificativo que explicita seu objetivo, os princípios e as metodologias utilizadas, referenciando em que medida a ação proposta está integrada aos objetivos de conservação e valorização das características urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas do sítio histórico. Tais intervenções podem ser designadas por:

I. Conservação: se refere a toda intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção da edificação e na reparação de instalações, elementos de composição da arquitetura ou, ainda, manutenção do sistema estrutural, dos materiais de construção e de revestimento.

II. Restauração: diz respeito a toda intervenção de natureza corretiva, que consiste na reconstituição da edificação, recuperação das estruturas afetadas, dos elementos destruídos ou danificados. A obra de restauração procura preservar os elementos de maior relevância que foram acrescentados ao longo do tempo, resguardando a história da edificação. A restauração das edificações deverá ficar condicionada à existência de documentação ou indícios no local, devendo o projeto ser precedido por pesquisa histórica e arqueológica.

Ainda acerca do termo *restauração*, o art. 44 da Lei Municipal de Olinda/PE nº 4.849/92 estabelece:

“Serão consideradas de interesse para a revalorização do Conjunto Monumental, as obras de restauração definidas no art. 44, tais como:

I. Eliminação de acréscimos, comprovadamente desvinculados do contexto arquitetônico e ambiental.

II. Modificação das fachadas, restabelecendo as relações compatíveis com as dimensões do imóvel e da vizinhança imediata, utilizando elementos de acabamento adequados ao conjunto.

III. Recomposição dos telhados no que se refere a materiais, disposição e detalhes, com eliminação dos elementos incompatíveis com as características da edificação e do conjunto” (CECI. 2015).

III. Reforma (ou nova construção): é toda intervenção arquitetônica que deve respeitar as características da vizinhança nos aspectos de volumetria, implantação, forma e densidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação da coberta, materiais de revestimento externo

(paredes, cobertura) e esquadrias. As obras de reforma também estão sujeitas a pesquisa histórica e arqueológica e, em certos casos, a pareceres estruturais.

IV. Demolição: em geral, remete à eliminação de acréscimos desvinculados do contexto arquitetônico e urbano. Ela acontece também nos casos das edificações apresentarem riscos à estabilidade, necessidade de conforto ambiental ou ainda para atender a novos Programas de Necessidades.

1.6.1 MAPA DE DANOS E MAPEAMENTO DE DANOS

O Mapa de Danos é uma representação gráfico-fotográfica, sinóptica, onde estão ilustradas e discriminadas, rigorosamente todas as manifestações de deteriorações de alguma edificação. O mapa de danos, por fim, possui um documento fotográfico que compõe o relatório do diagnóstico e sintetiza o resultado das investigações sobre as alterações estruturais e funcionais nos materiais, nas técnicas, nos sistemas e nos componentes construtivos.

De acordo com o livro “Mapa de danos- Recomendações Básicas” por Jorge Eduardo Lucena Tinoco (2009) é importante ressaltar que o termo Mapa de Danos difere do termo Mapeamento de Danos. O primeiro corresponde a um documento propriamente dito ou conjunto de documentos gráficos e fotográficos que ilustram as realidades de uma edificação numa determinada data ou tempo. Já o segundo termo refere-se ao processo de investigações, levantamentos e solução dos danos para a elaboração de um mapa, sendo este a ser desenvolvido nesta pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: OLINDA E SEU SÍTIO HISTÓRICO

Pernambuco é uma das 27 unidades federativas no Brasil e tem como capital a cidade do Recife. Localiza-se na região Nordeste do país e faz fronteira com os estados de Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba e Ceará (Figura 2).

FIGURA 2: PERNAMBUCO EM RELAÇÃO AO BRASIL



Fonte: Disponível em <<https://asnovidades.com.br/mapa-de-pernambuco-para-colorir/>>, 2016.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) é uma das cinco Mesorregiões do estado e compreende 14 municípios, sendo o maior e principal aglomerado urbano do estado (Figura 3).

FIGURA 3: MESORREGIÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Fonte: Disponível em <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-pernambuco-mesorregioes/>>, 2016.

Além disso, a RMR possui o histórico de conurbação mais antigo do Brasil, datado de 1535, com o surgimento da cidade de Olinda (Figura 4).

FIGURA 4: DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA RMR



Fonte: Disponível em <http://www.firs.institutoventuri.org.br/images/T073_FORMAS_DE_DESCARTE_DE_PILHAS_E_BATERIAS_USADAS.pdf>, em 2016.

A cidade de Olinda dista apenas 6 km da capital pernambucana. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área atual abrange 41,7 km² e sua população, de acordo com o último Censo (2010), era de 377,779 pessoas, com uma densidade demográfica de cerca de 9.068 habitantes por km² (9,68%), uma das maiores do país.

Seus limites se dão de acordo com o desmembramento do município do Paulista, onde Olinda ficou com uma forma basicamente triangular, sendo o mar um dos lados e os outros os limites respectivos com o município do Recife e do Paulista.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA OLINDA COLONIAL:

Segundo Cavalcante (2012), no ano de 1535, começava o povoamento de Olinda, com a chegada do primeiro Donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, às terras da Nova Lusitânia. Veio a falecer em 1554 em Lisboa. Foi o responsável pelo progresso inicial da capitania que mais prosperou no Brasil. Possuía grande território e quantidades excelentes de Pau-Brasil em suas matas e condições que facilitavam o desenvolvimento da agricultura canavieira.

Entre todos os donatários do novo sistema, somente Duarte Coelho procedeu como um verdadeiro colonizador, demonstrando suas boas intenções com a terra recebida e que chamaria como uma continuação da sua terra natal, de Lusitânia.

Assim, partiu para o Nordeste Brasileiro com numerosa comitiva, tendo feito grandes gastos para transporte de animais, amigos e parentes, tendo antes o cuidado de solicitar a exoneração da Armada Real Portuguesa, saindo de Lisboa em Outubro de 1534.

Em 9 de Março finalmente desembarca no extremo norte de sua capitania, às margens do Rio Santa Cruz, no local depois denominado de Sítio dos Marcos, atual município de Igarassu. Assim que chegou, encontrou várias dificuldades, como os silvícolas e juntamente com o contingente vindo em sua esquadra e alguns portugueses que já habitavam o local, próximo do rio Santa Cruz, onde mandou construir em ação de graças, pelas vitórias alcançadas, a igreja dos Santos Cosme e Damião, iniciando desta forma a real colonização da Nova Lusitânia.

Depois da fundação de Igarassu, Duarte Coelho construiu Olinda, onde, a partir de 1536, desenvolveu o programa colonizador que resultaria no melhor rendimento do Governo Donatário do Brasil. Sendo o único que ousou implantar seus domínios e legá-los aos seus descendentes como se fora verdadeiro soberano.

Sem dúvidas Duarte Coelho foi o verdadeiro artífice da civilização açucareira e quem utilizou primeiramente os recursos naturais do território, desenvolvendo nas bases agroindustriais os suportes sociais. Em 12 de março de 1537, Duarte Coelho doou à Vila de Olinda a Carta Foral, guardando assim a tradição essa data como a comemorativa de fundação da Vila.

A cultura da cana-de-açúcar, em 1542, começou a progredir, desenvolvendo o setor econômico da Capitania, sobretudo a implantação de conventos, mosteiros e do Colégio Jesuíta, atual Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Em 1630 a cidade foi invadida pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Os cidadãos insatisfeitos com esta ocupação indevida tentam expulsar os invasores, que por sua vez cometem um grande incêndio na cidade, em 1631, deixando Olinda estagnada durante os vinte e quatro anos de ocupação. Somente em 27 de Janeiro de 1654 ocorreu a rendição da Companhia das Índias Ocidentais, por ocasião da chamada Restauração Pernambucana e a ascensão do português D. João IV, pondo fim ao período da União Ibérica em 1640.

Após a saída dos invasores, a cidade foi reerguendo-se aos poucos, reconstruindo seus templos e casarões, deixando para o futuro a marca de um povo forte, que no ano de 1710, tendo à frente Bernardo Vieira de Melo, tentou transformar Pernambuco em uma república independente. Olinda, assim, permaneceu como a capital pernambucana até 1837.

2.2. OLINDA COMO PATRIMÔNIO

A Olinda moderna ostenta quatro títulos, todos atribuídos em virtude de sua beleza natural, de seu patrimônio em pedra e cal e da cultura de seu povo. São eles:

I. **1ª Capital Brasileira da Cultura** – O título foi concedido em 2005 pela Organização não Governamental (ONG) Capital Brasileira da Cultura (CBC), depois de campanha popular realizada durante dois meses. A conquista retratou um esforço da Prefeitura e de toda a sociedade. Mais de onze mil pessoas e entidades declararam oficialmente seu apoio à candidatura da cidade. Com o título, conferido pela primeira vez, a cidade foi, durante todo o ano de 2006, centro das atenções nacionais e internacionais, como principal destino turístico-cultural do Brasil;

II. **Monumento Nacional** – Segundo a Lei Federal nº 6863, de 26 de Novembro de 1980 (Lei Fernando Coelho). O título foi atribuído a Olinda durante o governo militar do presidente João Figueiredo e serviu para respaldar o encaminhamento à UNESCO do processo de concessão do título de Patrimônio Cultural da Humanidade;

III. **Cidade Ecológica** – De acordo com o Decreto Municipal nº 023, de 29 de Junho de 1982;

IV. **Patrimônio Cultural da Humanidade** – Este título é o foco desta pesquisa, foi concedido pela UNESCO em 1982, depois de uma luta iniciada pela Prefeitura em 1978, com o apoio de personalidades, como o embaixador olindense Holanda Cavalcanti, o então ministro Eduardo Portela, além de Aloísio Magalhães. Com esse título, Olinda inscreveu-se na lista de

monumentos mundiais e figura ao lado de bens da humanidade, como a Catedral de *Nôtre-Dame*, em Paris, o sítio arqueológico de *Nemrut Dag*, na Turquia, o Parque Nacional do *Serengeti*, na África, e a Cidade do Vaticano, entre outros 400 monumentos em todo o mundo.

2.2.1. OLINDA: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE E SEU PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

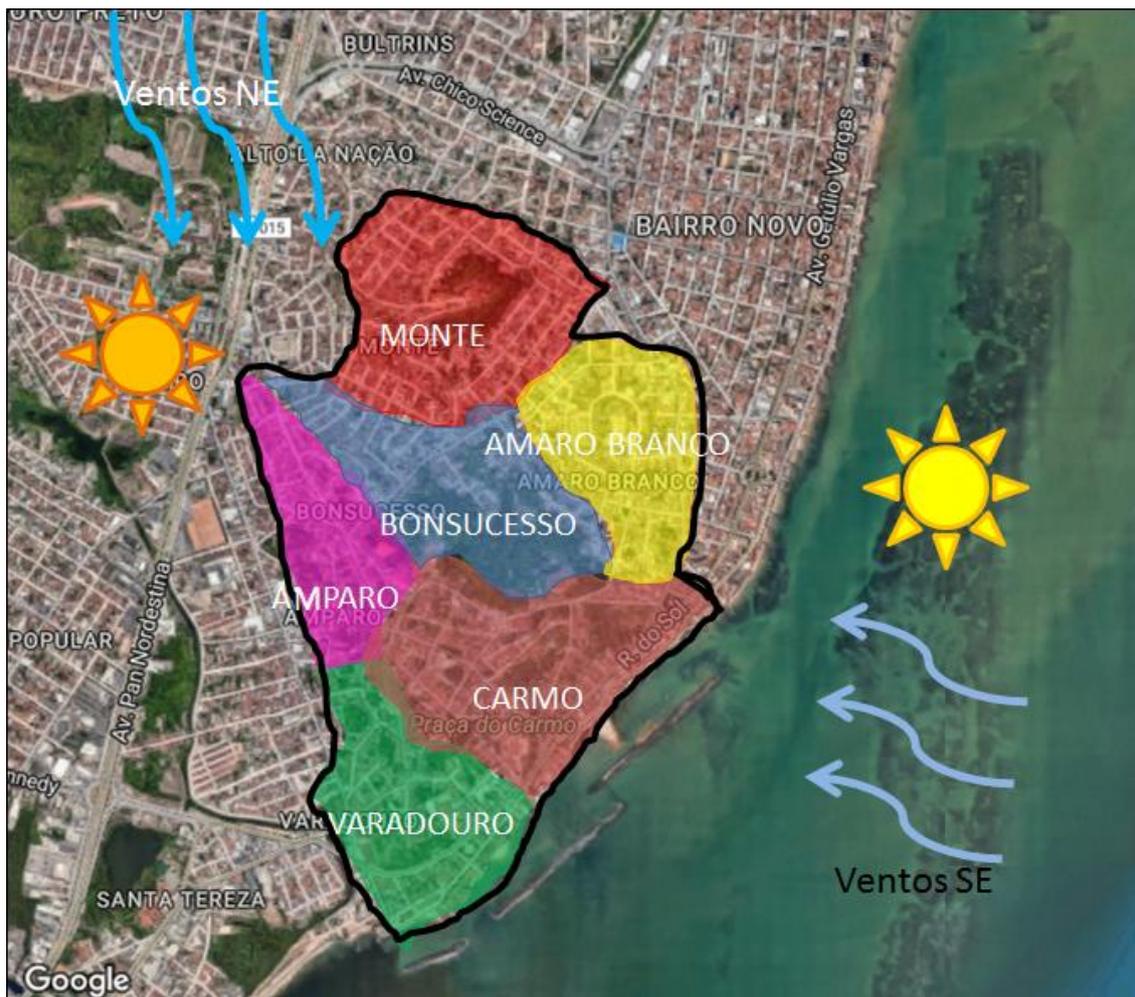
Segundo o IPHAN, Olinda foi a segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, após Ouro Preto (MG) e seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico já havia sido tombado, pelo IPHAN, em 1968.

Destacam-se, na cidade, exemplos de arquitetura religiosa dos séculos XVI e XVII, como o Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Convento de Nossa Senhora das Neves, que integra o conjunto arquitetônico do Convento de São Francisco. Seu acervo representativo de várias épocas integra-se ao sítio físico, formando um conjunto peculiar, cuja atmosfera é garantida pela presença do mar e da vegetação. O caráter próprio e diferenciado da cidade está nessa ambiência paisagística, que a identifica ao longo da história.

O sítio histórico de Olinda abrange uma área de 1,2 quilômetros quadrado e cerca de 1.500 imóveis, os quais testemunham diferentes estilos arquitetônicos: edifícios coloniais do século XVI harmonizam-se às fachadas de azulejos dos séculos XVIII e XIX e às obras Neoclássicas, Ecléticas e *Art Déco* do início do século XX. O traçado urbano é característico dos povoados portugueses de origem medieval, o que é intensificado pela paisagem e localização.

O perímetro de tombamento do Sítio Histórico de Olinda compreende os bairros do Varadouro, Carmo, Amparo, Bonsucesso, Amaro Branco e Monte (Figura 5).

FIGURA 5: PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA



Fonte: Google Maps, modificado pela autora

Para se acessar o sítio Histórico de Olinda, saindo-se da capital pernambucana, pode-se trafegar pela PE-001 que dá acesso à Avenida Olinda, principal via para se entrar na cidade. Ainda neste percurso, tendo como destino final o Alto da Sé (área mais conhecida do Sítio Histórico de Olinda), continua-se pela Av. Santos Dumont em direção à Av. Sigismundo Gonçalves e no final da via, dobrando à esquerda, encontra-se a Praça do Carmo. Para seguir ao destino final, logo após entrar na rua da praça, é preciso seguir à direita na Rua São Francisco, percorrer até o fim da rua e à esquerda na Rua Bispo Coutinho, sendo esta a via que dá acesso ao destino final, Alto da Sé (Figura 6).

FIGURA 6: ESQUEMA DE ACESSO AO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA



Fonte: Disponível em <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2014/06/mapas-de-olinda-pe.html> (modificado pela autora)>, 2016.

2.3. O PLANO DIRETOR E O PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

O Plano Diretor se caracteriza por um instrumento que orienta a atuação da administração pública e da iniciativa privada, de forma a assegurar o pleno desenvolvimento ordenado das funções sociais da cidade e da propriedade, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população olindense, segundo os princípios da democracia participativa e da justiça social.

O Plano determina que o território de Olinda rege-se pelos seguintes princípios, segundo o Artigo 11:

I - a conservação do tecido urbano consolidado ao longo da história da urbanização da cidade;

II - o adensamento construtivo de forma gradual no tempo e no território, respeitando a oferta e o potencial de provimento das infraestruturas urbanas, as características ambientais e do patrimônio cultural das zonas urbanas;

III - o direito do cidadão olindense de participar da gestão dos negócios de interesse público e acompanhar as suas realizações, tendo em vista os interesses da sociedade;

IV - a administração dos negócios públicos municipais deve fundar-se:

a) na eficácia, eficiência e agilidade da sua gestão;

b) na instituição de um processo permanente de planejamento, de caráter técnico e político, onde participação, negociação e cooperação sejam práticas fundamentais;

V - no processo de planejamento e gestão do Município se perseguirá a integração e a complementaridade de suas atividades urbanas no contexto metropolitano;

VI - na adequação dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar coletivo.

O Plano Diretor divide o perímetro do Sítio Histórico em Zonas Especiais de Proteção do Patrimônio Cultural (ZEPC), que têm como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis, assegurando a qualidade ambiental, quando se tratar das áreas próximas e a proteção rigorosa, quando se tratar do entorno imediato e está identificada em quatro subzonas, conforme a descrição a seguir:

I – ZEPC 01 – Santuário da Mãe Rainha;

II – ZEPC 02 – Sítio Histórico Bonsucesso-Monte;

III – ZEPC 03 – Sítio Histórico Carmo-Varadouro;

IV – ZEPC 04 – Sítio Histórico Santa Tereza.

As ZEPC 01 e ZEPC 04 de acordo com o Plano Diretor são zonas de Proteção do Patrimônio voltadas para a preservação ambiental por terem a maior densidade de elementos naturais. As ZEPC 02 e ZEPC 03 são áreas em que duas diretrizes focam na preservação dos elementos históricos construídos, preservando-se o traçado urbano e a arquitetura das fachadas, estas sendo as de importância para o estudo da pesquisa em questão.

ZEPC2- ENTORNO DO SÍTIO HISTÓRICO

Inicia-se no encontro da Avenida Pan Nordestina com a Avenida Joaquim Nabuco, segue por esta via no sentido Sudeste por cerca de 1,183 km; neste ponto deflete à esquerda no Beco sem Denominação; deflete à esquerda na Rua Coronel Joaquim Cavalcanti; deflete à esquerda na Travessa Clube Vassourinhas; segue por esta via por 82,00 metros, deflete à direita neste ponto, segue por 62,00 metros, deflete à esquerda na Rua Nossa Senhora de Guadalupe; deflete à direita na Rua V. Pimentel; deflete à direita na Rua São João; deflete à esquerda na Travessa São João; deflete à Plano Diretor de Olinda 37 esquerda na Travessa do Rosário; deflete à direita na Rua do Pilão; deflete à direita na Travessa Ary Barroso; deflete à direita na Rua Ary Barroso; deflete à esquerda na Rua Ilma Cunha; deflete à esquerda na Estrada do Bonsucesso; segue por esta via, que passa a se chamar Avenida Dom Bonifácio Jansen; deflete à direita na Ladeira do Monte; deflete à direita na Terceira Travessa do Monte; deflete à direita na Rua Engenheiro José Luís Santana; deflete à direita na Rua Geraldo Silva; deflete à esquerda na Rua Palmerina; deflete à direita na Rua Napoleão Gregório Lobo; deflete à esquerda na Rua Sebastião Lopes; segue por esta via até o encontro com a Rua Jataúba, neste ponto deflete à direita na Rua Sem denominação e segue por 43,00 metros; deflete à esquerda na Rua Sem Denominação, segue por 46,00 metros; deflete à direita no Alto do Serapião; deflete à direita no Beco do Farol; deflete à direita na Rua Rute C. Rodrigues; deflete à direita na Rua Frei Afonso Maria; deflete à esquerda na Avenida Luís Gomes; deflete à esquerda na Rua São Miguel; segue por esta via até o seu término, quando esta converge com a Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcanti; segue esta avenida no sentido Norte; deflete à esquerda na Avenida Bultrins, em sua faixa Norte; segue por esta via até o encontro com a PE-15, neste ponto deflete à esquerda; segue por esta via até o encontro com a Avenida Joaquim Nabuco quando deflete à esquerda; onde atinge o ponto inicial, completando assim a descrição do limite da área em questão.

ZEPC3- SÍTIO HISTÓRICO

Inicia no encontro da Rua A. Ramos com a Rua Santos Dumont e segue por esta última no sentido Noroeste até o encontro com a Rua Felipe Camarão, neste ponto deflete à direita; deflete à esquerda na Rua S. Campos; deflete à esquerda na Avenida Sigismundo Gonçalves; deflete à direita na Rua 15 de Novembro; deflete à esquerda na Rua B. Arnulfo; segue por esta via até o encontro com a Rua Farmacêutico Gonçalo de Freitas; deflete à direita; deflete à esquerda na Avenida Joaquim Nabuco; deflete à direita no Beco; deflete à esquerda na Rua Coronel Joaquim Cavalcanti; deflete à esquerda na Travessa Clube Vassourinhas; segue por esta via por 82,00 metros, deflete à direita neste ponto, segue por 62,00 metros, deflete à esquerda na Rua Nossa Senhora de Guadalupe; deflete à direita na Rua V. Pimentel; deflete à direita na Rua São João; deflete à esquerda na Travessa São João; deflete à esquerda na Travessa do Rosário; deflete à direita na Rua do Pilão; deflete à direita na Travessa Ary Barroso; deflete à direita na Rua Ary Barroso; deflete à esquerda na Rua Ilma Cunha; deflete à esquerda na Estrada do Bonsucesso; segue por esta via, que passa a se chamar Avenida Dom Bonifácio Jansen; deflete à direita na Ladeira do Monte; deflete à direita na Terceira Travessa do Monte; deflete à direita na Rua Engenheiro José Luís Santana; deflete à direita na Rua Geraldo Silva; deflete à esquerda na Rua Palmerina; deflete à direita na Rua Napoleão Gregório Lobo; deflete à esquerda na Rua Sebastião Lopes; segue por esta via até o encontro com a Rua Jataúba, neste ponto deflete à direita na Rua Sem Denominação e segue por 43,00 metros; deflete à esquerda na Rua Sem Denominação e segue por 46,00 metros; deflete à direita no Alto do Serapião; deflete à direita no Beco do Farol; deflete à direita na Rua Rute C. Rodrigues; deflete à direita na Rua Frei Afonso Maria; deflete à esquerda na Avenida Luís Gomes; deflete à direita na Travessa Luís Gomes; deflete à esquerda na Rua do Sol; deflete à direita na Travessa D. Barreto; segue por esta via até o encontro com o limite do município de Olinda; deflete à direita e segue este limite por cerca de 1,360 km, onde encontra a Rua Santos Dumont; onde atinge o ponto inicial, completando assim a descrição do limite da área em questão. As zonas ZPAR 3 – Sítio do Monte – e ZPAR 4 – Horto Del Rey – estão excluídas do Polígono ZPPC 3.

2.3.1. O PLANO DIRETOR E A RERRATIFICAÇÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO PELO IPHAN

O Plano Diretor de Olinda afirma que nas áreas de preservação do Sítio Histórico tombado permanecem em vigor os índices dos coeficientes de aproveitamento definidos pela rerratificação da Notificação nº 1155/79 do IPHAN. De acordo com a Rerratificação n. 1155/79, o Polígono de Preservação se divide em:

- I** – SETOR A: área urbana de preservação rigorosa;
- II** – SETOR B: área urbana de preservação ambiental;
- III** – SETOR C: área verde de preservação rigorosa;
- IV** – SETOR D: área de proteção e ambiência do conjunto;
- V** – SETOR E: área urbana de preservação ambiental;
- VI** – SETOR F: área verde de importância ambiental;
- VII** – SETOR G: área de importância ecológica;
- VIII** – SETOR H: área de proteção à paisagem – faixa dos morros;
- IX** – SETOR I: área de proteção à paisagem – área plana;
- X** – SETOR J: área de contenção do Rio Beberibe;
- XI** – SETOR K: área industrial de Peixinhos.

Os setores do polígono de maior preservação são os Setores A, B, C e D. Estes são preservados, considerando-se a tipologia e cronologia das edificações, a visibilidade dos monumentos, as adaptações das edificações necessárias à habitabilidade e conforto ambiental, meio-ambiente e a paisagem. O principal setor a ser estudado nesta pesquisa é o Setor A.

MAPA DA RERRATIFICAÇÃO 1155/79

3. O ESTADO DO PATRIMÔNIO

Este capítulo mostra o estado da arte do Sítio Histórico de Olinda e apresenta um diagnóstico da situação atual do casario e dos equipamentos e monumentos. Olinda é um dos mais expressivos exemplos de cidades de plano informal, cuja evolução pode ser comparada através de plantas reproduzidas nos livros de Gaspar Barleus (1647) e Giusepe di Santa Teresa (1698). Comparando-se com a planta atual, pode-se ver como os caminhos indicados nas duas primeiras, aproximadamente retilíneos, foram adquirindo, quando se transformaram em ruas, a irregularidade que as caracterizam atualmente, donde se conclui que a casa e não a rua que definiu o traçado da cidade.

As ruas adaptaram-se às condições topográficas mais favoráveis, organizando-se como ligações entre os pontos de atividade, centros religiosos, comerciais e políticos, tais como as igrejas e conventos, casas de comércio (que funcionavam como residência, inclusive) e os prédios administrativos, Câmara e Senado, Episcopado e residência do governador. Além dos conventos e igrejas, que formam seu acervo arquitetônico, Olinda possui os sobrados, dentre os quais se destacam os da Praça João Alfredo e Rua do Amparo. São construções de proporções robustas, com o domínio de cheios sobre vazios. Alguns apresentam balcões de treliças, vestígios de antigos muxarabis, suportadas por cachorros de pedra.

Segundo Reis Filho (1971), pode-se afirmar com segurança que a arquitetura residencial do período colonial estava baseada nas características urbanísticas de Portugal. As vilas e cidades desse período apresentavam ruas uniformes, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites do terreno. As casas eram urbanas ou rurais, não havia meio-termo.

Olinda se caracterizou por ser fundada perto do mar, mas sobre elevações no terreno, dividindo-se o povoamento em uma cidade alta e uma cidade baixa. Digna representante da arquitetura colonial portuguesa, Olinda possui, além de vasto casario representativo, grande número de igrejas em estilo Maneirista, Barroco e Rococó; a maioria concentrada, bem como as casas e sobrados, no perímetro do Sítio Histórico da cidade.

“As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes pregava-se pedra e barro, mais raramente eram tijolos ou ainda de pedra e cal” (REIS FILHO, 2014, p 26).

3.1. OS DANOS EM GERAL

Ao fazer um percurso pelo Sítio Histórico de Olinda e entrando no polígono de preservação, vê-se a Igreja e Convento de Santa Tereza, que se encontra em estado de conservação deteriorado (Figura 7). Mesmo que ainda funcionando normalmente, ainda sendo palco de missas, casamentos e outras celebrações, não há verbas nem incentivo para a preservação do bem.

FIGURA 7: IGREJA E CONVENTO DE SANTA TEREZA



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Continuando o trajeto pela Av. Olinda e adentrando na Av. Santos Dumont, encontra-se o cinema Duarte Coelho, também conhecido como Cine Olinda (Figura 8), um equipamento público em estado de abandono que se encontra fechado há mais de 50 anos. Há dois anos foi iniciada a obra de restauro que até os dias atuais não se notou nenhuma evolução no seu estado de preservação.

FIGURA 8: CINE OLINDA



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Por trás do Cine Olinda, encontramos a Igreja de Santa Cruz dos Milagres, ainda no bairro do Varadouro, na Rua Augusto Ramos, defronte à Praça do Largo dos Milagres (Figura 9). Por mais que a igreja não apresente patologias na sua edificação e sendo possível notar que passou por algum tipo de reforma recentemente, é possível notar que sua fachada não mais apresenta parte dos seus adornos originais.

FIGURA 9: IGREJA DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Apesar da igreja se encontrar atualmente em bom estado de conservação, a praça está sem cuidados, podendo-se ver equipamentos quebrados e lixo espalhado (Figura 10). Além disso, a praça é pouco utilizada, um dos motivos é por ser muito exposta à insolação.

FIGURA 10: PRAÇA DOS MILAGRES

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

A maioria das casas em volta do Largo dos Milagres também se encontra em péssimo estado de conservação. Nelas nota-se a existência de vários fatores de agentes naturais, como a vegetação parasitária, que contribuem para a sua degradação (Figura 11 e Figura 12), isso por conta do abandono do casario e descaso com a preservação do patrimônio.

FIGURA 11: ENTORNO DO LARGO DOS MILAGRES FIGURA 12 – ENTORNO DO LARGO DOS MILAGRES:

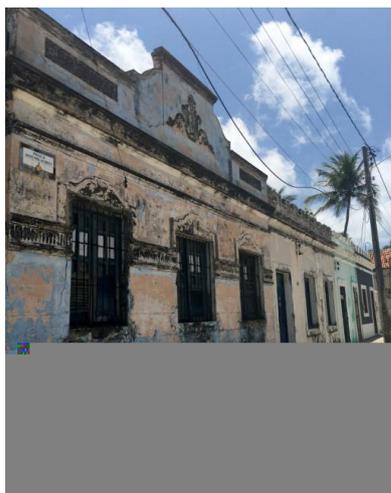
Fonte: arquivo pessoal, 2016.



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Adiante do Largo dos Milagres, na Rua Augusto Ramos existem casas que mesmo estando habitadas não têm nenhum tipo de tratamento em suas fachadas com relação à preservação do patrimônio (Figura 13 e Figura 14). Nota-se a presença de mofo nas fachadas, infiltrações nas platibandas, pintura descascada e sujeidade nas fachadas.

FIGURA 13 - FACHADAS DA RUA AUGUSTO RAMOS FIGURA 14 – FACHADAS DA RUA AUGUSTO RAMOS



Fonte: arquivo pessoal, 2016.



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Saindo da zona mais perto do mar e indo em direção ao Setor A – área de maior rigorosidade de preservação –, nota-se que as ruas mais estreitas são as que mais se encontram em estado de abandono (Figura 15). É possível notar que as fachadas encontram-se totalmente descaracterizadas por mudança de elementos construtivos, há presença de pichações e, além disso, há uma grande quantidade de lixos jogados ao longo da rua.

FIGURA 15 – FACHADAS AVENIDA DEZ DE NOEMBRO:



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Ainda no percurso pelo polígono da área tombada do Sítio Histórico, indo em sentido à Rua do Sol, encontram-se casas com estilos arquitetônicos conservados, e sua pintura em ótimo estado, porém há pichações nas fachadas do casario (Figura 16).

FIGURA 16: FACHADAS RUA DO SOL



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Distanciando-se proximidades da orla, em direção à área de colinas do Sítio Histórico, encontra-se a Igreja de São Pedro Apóstolo (Figura 17), pouco antes das ladeiras que dão acesso ao Alto da Sé. Segundo dados da Prefeitura de Olinda, a última restauração da edificação foi em 1992, desde lá não houve mais qualquer intervenção para tratar da degradação da igreja.

FIGURA 17 – IGREJA DE SÃO APÓSTOLO PEDRO:



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

À medida que se aproxima do Alto da Sé, melhora o estado em que se encontra a conservação do patrimônio. Mais adiante na Rua São Francisco, sentido Alto da Sé, as casas restauradas (Figura 18), pintadas, sem patologias aparentes, com adornos originais e com os estilos arquitetônicos conservados.

FIGURA 18 – FACHADA DIREITA DA RUA SÃO FRANCISCO

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

No perímetro do Alto da Sé, encontra-se um número significativo de igrejas. Algumas delas são: o Convento de São Francisco (Figura 19), a Igreja da Sé (Figura 20) e a Convento de Nossa Senhora da Conceição (Figura 21).

Essas igrejas históricas intercalam entre os estilos maneirista, barroco e rococó. Apesar de seus estilos ainda serem conservados, as igrejas se encontram em péssimo estado de conservação. Todas elas com falhas no reboco, sujidade nas fachadas principais, crosta negra e pintura descascada.

FIGURA 19 – CONVENTO SÃO FRANCISCO:

Fonte: arquivo pessoal, 2016.

FIGURA 20 – IGREJA DA SÉ**FIGURA 21 – IGREJA DA MISERICÓRDIA**



Fonte: arquivo pessoal, 2016.



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Seguindo ainda no perímetro de tombamento do sítio histórico, hoje existem apenas dois sobrados com abalcoado estilo “Muxarabi”. Um deles, o Sobrado Colonial Mourisco (Figura 22), mesmo com placa de informação (Figura 23) sobre a história e importância dos “sobradinhos”, encontra-se deteriorado.

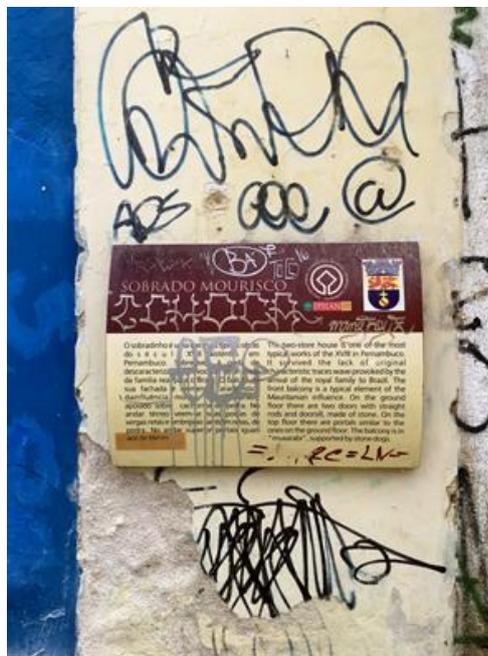
Na sua fachada pode se notar muitas pichações, pintura descascada, infiltração na fachada e até o apodrecimento da madeira do muxarabi.

FIGURA 22 – SOBRADO MOURISCO

FIGURA 23 – PLACA DO SOBRADO MOURISCO



Fonte: arquivo pessoal, 2016.



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Por último no trajeto abordado nesta pesquisa, encontra-se a Sede do IPHAN OLINDA/PE (Figura 24). O próprio instituto, que é o órgão gestor público federal responsável pela

preservação de bens patrimoniais, encontra-se em péssimo estado de conservação. Ambas as fachadas estão pichadas, com crosta negra, infiltrações e pintura descascada.

FIGURA 24 – SEDE DO IPHAN OLINDA/PE:



Fonte: arquivo pessoal, 2016.

Estas são apenas algumas fotos que representam o descuido com o precioso acervo histórico de Olinda, proveniente tanto da parte da gestão como dos próprios moradores locais ou usuários locais.

Pensando na necessidade da conservação do patrimônio histórico, que no capítulo a seguir desta pesquisa é apresentado um plano-piloto de diretrizes para conservação do patrimônio, junto com ele, uma Cartilha de Educação Patrimonial para moradores e visitantes, usando exemplos de cartilhas como estudo de caso.

3.2. ESTUDO DE CASO:

Segundo o dicionário Aurélio (2016) a cartilha é um livreto de ensinamentos rudimentares. Para o desenvolver da Cartilha Patrimonial como um dos produtos finais deste trabalho, foi escolhido propor uma cartilha de caráter educacional. Como estudo de caso esta pesquisa utiliza duas cartilhas: A Cartilha “Campanha do Patrimônio” e a Cartilha “Olhares da Boa Vista.

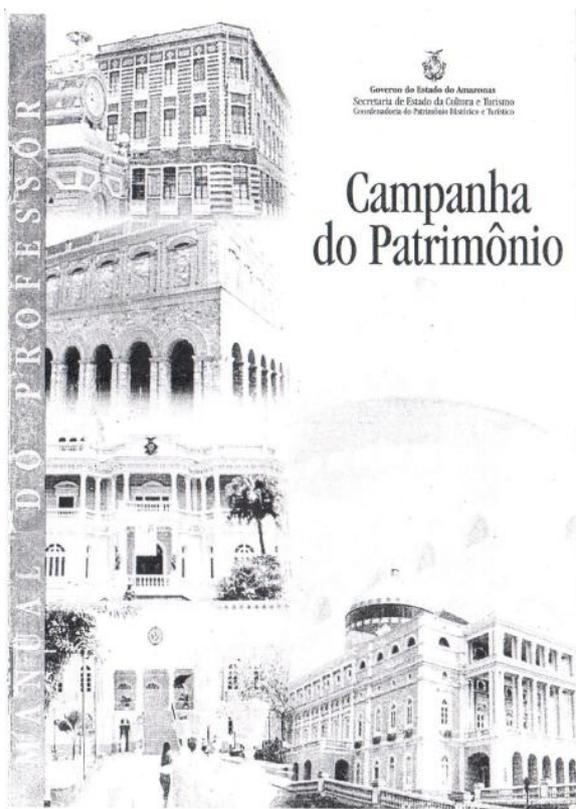
3.2.1. CARTILHA “CAMPANHA DO PATRIMÔNIO”

A Cartilha “Campanha do Patrimônio” (Figura 25), produzida pelo Governo do Amazonas, desenvolve uma campanha educativa de valorização do patrimônio histórico no próprio estado do Amazonas.

A Cartilha aborda a importância do patrimônio histórico local perante o seu acervo arquitetônico, enfatizando também a importância de se conhecer o desenvolver da história do patrimônio. Além disso faz uma breve explicação do conceito de patrimônio histórico e ressalta o patrimônio como legado cultural de um povo.

Uma das soluções sugeridas pela Cartilha para facilitar a conservação do patrimônio é, justamente, a educação doméstica através de campanhas que integrem a população e o patrimônio que é um bem de todos.

FIGURA 25 – CAPA DA CARTILHA “CAMPANHA DO PATRIMÔNIO”:



Fonte: Cartilha: Campanha do Patrimônio, 2015.

3.2.2. CARTILHA “OLHARES DA BOA VISTA”

A Cartilha “Olhares da Boa Vista” (Figura 26), produzida pela Prefeitura do Recife, é uma cartilha de caráter de preservação patrimonial. Inicia-se com um breve parágrafo sobre o Bairro da Boa Vista e a necessidade de reconhecê-lo como valor herdado do passado.

Nela é feito um circuito no qual são destacados os nomes das edificações cuja arquitetura marcam a identidade arquitetônica e cultural do bairro.

Segundo o CAU, o Recife conta com 260 imóveis classificados como Imóveis Especiais de Preservação (IEP), sendo que 96 deles estão no Bairro da Boa Vista. Assim, esta cartilha aborda sobre 55 imóveis dos 96 correspondentes ao bairro.

Esta cartilha serve como parâmetro para esta pesquisa, pois retrata a importância de se catalogar os pontos de edificações que são patrimônios, assim, é possível ter um maior controle sobre eles em questão de conservação, cuidado e valorização do bem.

FIGURA 26 – CAPA DA CARTILHA “OLHARES DA BOA VISTA



Fonte: Cartilha “Olhares da Boa Vista”, 2015.

4. PROPOSTA

Este capítulo engloba dois tipos de propostas. A primeira aborda sobre diretrizes necessárias para requalificação do Sítio Histórico da cidade de Olinda, focando em uma rua modelo, e a segunda proposição é uma Cartilha de Educação Patrimonial para moradores e visitantes do polígono de tombamento.

4.1. DIRETRIZES DA RUA MODELO

Para as diretrizes baseada no mapeamento de danos, foi escolhida uma Rua Modelo que corresponde à Rua da Misericórdia a partir da Igreja da Misericórdia, descendo pela Rua Bernardo Vieira de Melo e que se estende até a Rua São Bento, que termina no Mosteiro de São Bento.

Este percurso foi escolhido por ser uma rua estendida que seu casario possui em suas fachadas estilos arquitetônicos diferentes, a rua possui praça como equipamento público, além das igrejas e também um ponto turístico muito solicitado conhecido como “Os Quatro Cantos”.

O estudo das tipologias arquitetônicas e seu entorno para o mapeamento busca orientar o entendimento sobre a edificação e auxiliar no controle qualitativo da conservação das edificações e dos projetos de intervenção arquitetônica. Ele serve como base para a identificação dos elementos construtivos merecedores de permanência e, ao mesmo tempo, orienta as possibilidades de inovações nos projetos.

Essas transformações podem configurar novos tipos ou indicar uma referência a um conteúdo que não mais existe. Segundo o Manual Conservar (2010), são exemplo de estereótipos aqueles imóveis que mantêm apenas a fachada principal, mas passaram por transformações de caráter técnico, programático e compositivo. Esses imóveis, geralmente, encontram-se em condição irregular por terem passado por modificações sem a aprovação das instituições de proteção. Esses casos são desaconselhados de assim permanecerem, devendo ser submetidos aos mecanismos de legalização conforme as orientações normativas.

MAPEAMENTO DE DANOS NA RUA MODELO

4.2. CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), a expressão “Educação Patrimonial” começou a ser utilizada recentemente. As Cartilhas de Educação Patrimonial consistem em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus bens, que despertem aos leitores da Cartilha um interesse em resolver questões significativas para a conservação do patrimônio.

Neste intuito que a segunda proposta desta pesquisa desenvolvida neste tópico do Capítulo 4 (quatro) aborda a elaboração de uma Cartilha de Educação Patrimonial para moradores e visitantes do Sítio Histórico da Cidade de Olinda.

5. CONCLUSÃO

Como conclusão ao tema desta pesquisa, o Sítio Histórico da cidade Olinda encontra-se parcialmente descaracterizada visto que, ao desenvolver do trabalho, os principais pontos do seu tombamento foram: o traçado colonial bem conservado e a herança arquitetônica dos edifícios.

Nota-se a parcialidade na descaracterização pelo simples fato do traçado, desde o seu tombamento até os dias atuais, ainda estar preservando sua forma. Perante fato da conservação do traçado das suas vias, é possível notar que um dos motivos de não se alterarem é por serem muito estreitas, e também devido ao adensamento da cidade desde o seu tombamento, assim não se tendo alternativa de mudança das vias em questão.

Além dessa classificação, as fachadas em sua grande maioria já não funcionam como as originais, também foram identificados elementos nos casarios que não correspondem a nenhum tipo arquitetônico definido. Eles estão principalmente associadas ao fato de terem perdido as características ou os registros originais, que contribuem para essa análise e definição. Estes elementos podem ser identificados quando ocorre evolução tecnológica, alterações das práticas sociais sobre a ocupação do espaço e, ainda, quando acontece a própria deterioração física do objeto construído, que fica sujeito a um processo de obsolescência e de transformação de tipos.

Através de entrevistas realizadas no dia 29 de Outubro de 2016 com os moradores locais foi possível concluir que a grande maioria dos entrevistados pensa que o maior bem da cidade é o carnaval e suas prévias, muitos valorizam mais a festa do carnaval que o acervo arquitetônico do Sítio Histórico e a maioria dos que reconhecem o valor do patrimônio pensa que o mesmo se restringe ao Alto da Sé.

É possível notar também que quanto mais afastadas estão as edificações do Alto da Sé, mais estão descaracterizadas, mal conservadas ou em estado de abandono. Alguns dos motivos dessa descaracterização são:

- Descaso dos gestores com a administração e preservação do Sítio Histórico de Olinda;
- Falta de informação quanto à importância do patrimônio;
- Os moradores não reconhecem que fazem parte de um todo;
- Falta de projetos de conscientização do patrimônio;

- Potencial turístico sendo utilizado de forma errada resultando num turismo predatório.

Para amenizar a descaracterização, conclui-se então que é necessário uma reeducação patrimonial para moradores e visitantes do Sítio Histórico. Além disso, é preciso fazer uma requalificação da área de estudo em questão.

Como consideração final, o Sítio Histórico de Olinda não corre o risco de perder seu título de Patrimônio da Humanidade conferido pela UNESCO devido à permanência do traçado do período colonial, o ponto primordial para o tombamento. Embora as edificações que também são testemunhos da passagem do tempo e dos diversos estilos arquitetônicos não estejam em estado apropriado no que diz respeito à conservação.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

BARRETO, Juliana; MILET, Vera. **Conservar:** Olinda boas práticas no casario. Olinda: CECI, 2010.

BASTOS, Rossano Lopes; TEIXEIRA, Adriana. **Normas de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** São Paulo: 9 SR/IPHAN, 2005.

BEZERRA, Jaci. **Livro de Olinda.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei no. 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, novembro de 1937. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Olinda:** um presente do passado. Olinda: CCs Editora, 2012.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DVORAK, Max. **Ceticismo da Preservação...** São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Olinda:** 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental. São Paulo: Global, 2006.

GRAMMONT, Anna Maria. Revista Turismo e Patrimônio Cultural: **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico:** Restauração e Cartas Patrimoniais. Espanha: 2016

LEMOS, Carlos A. C., O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MARQUES LUIZ, Cláudio; CLEROT M. G. PEDRO. **Educação Patrimonial:** Programa mais educação. IPHAN.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

SOUDANT, Carolina; TORRES LIMA, Angélica. **Educação Patrimonial:** Histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2014.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de Danos-** Recomendações Básicas. Olinda: CECI, 2009.

ZANCHETI, Sílvio. **Financiamento da regeneração de áreas urbanas patrimoniais na América Latina**. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2011.

ZANCHETI, Sílvio; AZEVEDO, Gabriela; MOURA, Carolina. **A conservação do Patrimônio no Brasil Teoria e Prática**. Olinda: CECI, 2015.

APÊNDICE:

Obs.: Entrevistas realizadas no dia 29 de Outubro de 2016 com 16 moradores do Sítio Histórico de Olinda.

FICHA DE ENTREVISTA

1) Você percebe que o Patrimônio do Sítio Histórico de Olinda está descaracterizado? _____

2) Isso incomoda você? O que poderia ser feito para melhorar? _____

3) Você acha que datas festivas e eventos dificultam no processo de conservação do Sítio Histórico? _____

4) Você faz algo para conservar o Patrimônio que é público? _____

ANEXO II – Certidão Municipal do Tombamento do Polígono do Sítio Histórico de Olinda.

ANEXO III – Rerratificação Número 1155/79 do Polígono de Tombamento do Sítio Histórico de Olinda.

